

direcção daquele nível nesta fase de transição organizacional que, na SGMJ, se traduz na concorrência de dois processos de fusão com outros tantos organismos, que se extinguem, para além da reestruturação do próprio serviço.

Considerando que os titulares dos cargos de direcção intermédia de 1.º grau são recrutados de entre funcionários dotados de competência técnica e aptidão para o exercício de funções de direcção, coordenação e controlo, que reúnam os requisitos previstos no artigo 20.º da Lei n.º 2/2004, de 7 de Abril, republicada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, designadamente licenciatura e seis anos de experiência profissional na carreira técnica superior ou em carreira e categoria para cujo provimento seja exigível uma licenciatura, com o perfil, experiência, conhecimentos e formação adequados, nos termos dos artigos 11.º e 12.º do mesmo diploma, devendo, aqueles que não sejam possuidores da formação específica prevista naqueles dispositivos legais e na Portaria n.º 1141/2005, de 8 de Novembro, frequentar o correspondente curso no decurso dos dois primeiros anos de exercício de funções;

Considerando que os cargos dirigentes podem ser exercidos em regime de substituição, com observância de todos os requisitos legais exigidos para o provimento do cargo, nos termos do artigo 27.º do diploma supra-referido, nos casos de impedimento e ausência do titular ou, como se verifica, em caso de vacatura do lugar;

Considerando que a licenciada Lúcia de Jesus Sousa Alves, especialista superior, nível 9, do quadro de pessoal da Polícia Judiciária, reúne todas as condições para o exercício das funções, sendo detentora do perfil, da experiência, dos conhecimentos e da formação adequados, como sobressai da súmula curricular em anexo ao presente despacho, porquanto é licenciada em Organização e Gestão de Empresas, com mais de 20 anos de experiência profissional relevante em carreiras para cujo ingresso é exigível a licenciatura e cerca de 10 anos de experiência profissional no exercício de funções de direcção, com prevalência da área funcional administrativa e financeira;

Nomeio, ao abrigo do disposto nos artigos 11.º, 12.º, 20.º e 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção da Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, a especialista superior, nível 9, do quadro de pessoal da Polícia Judiciária, licenciada Lúcia de Jesus Sousa Alves, para, em regime de substituição e com efeitos a 1 de Junho de 2007, exercer o cargo de directora da Unidade de Compras do Ministério da Justiça, cargo de direcção intermédia de 1.º grau, ficando autorizada a exercer a opção prevista no n.º 3 do artigo 31.º daquele diploma legal.

31 de Maio de 2007. — A Secretária-Geral, *Maria dos Anjos Maltez*.

Síntese curricular

1 — Identificação:

Nome — Lúcia de Jesus Sousa Alves;
Naturalidade — Abambres, Mirandela;
Data de nascimento — 22 de Janeiro de 1955;
Categoria — especialista superior de nível 9 do quadro de pessoal da Polícia Judiciária.

2 — Habilitações académicas — licenciatura em Organização e Gestão de Empresas, no Instituto Superior de Economia, 1983 (membro da Ordem dos Economistas, com o n.º 1871).

3 — Experiência profissional:

Desde 6 de Julho de 2005 até à presente tem desempenhado funções de assessoria técnica ao Departamento de Administração Financeira e Patrimonial da Polícia Judiciária, principalmente nas áreas financeiras e de contratação pública;

Desde Janeiro de 2006 tem presidido ou tem feito parte de júris de concursos de aquisição de bens e serviços efectuados pela Unidade de Compras do Ministério da Justiça;

De 2000 a 2005 — directora do Departamento de Administração Financeira e Patrimonial da Polícia Judiciária;

De 1999 a 2000 — assessoria técnica à Direcção da Polícia Judiciária;

De 1994 a 1999 — directora de serviços Administrativos e Financeiros do Instituto Português de Cartografia e Cadastro;

De 1992 a 1994 — directora de serviços Administrativos do Instituto Geográfico e Cadastral;

De 1990 a 1992 — assessoria técnica à Direcção da Polícia Judiciária;

De 1984 a 1990 — assessoria técnica, na área financeira, ao director-geral do Instituto Geográfico e Cadastral. Coordenou a instalação de aplicações informáticas na Direcção de Serviços Administrativos do Instituto;

É funcionária pública desde 1973.

4 — Formação profissional:

Técnicas e critérios de tomada de decisão, INA, 1993;
Contratos públicos, Centro de Estudos para o Desenvolvimento Regional e Local, 1997;

O novo quadro legal da fiscalização do Tribunal de Contas, Centro de Estudos para o Desenvolvimento Regional e Local, 1997;

O novo regime das despesas públicas, Secretaria-Geral do Ministério da Justiça, 1999;

Auditoria financeira, INA, 1999;

Curso Integrado de Especialização em Contabilidade Pública POCP, Instituto Superior de Economia e Gestão, 2000;

Sistema da Informação Contabilística, Direcção-Geral do Orçamento, 2002;

Manual de Procedimentos — SIC — Analítico, INPCC, 2003;

Auditoria Financeira aos Serviços Públicos, NPF — Pesquisa e Formação, L.ª, 2003;

Potenciar o uso da informação na gestão pública — o caso INA, INA, 2004;

Preparar a Administração Pública para as compras públicas electrónicas, Leadership — Business Consulting, 2006.

Centro de Estudos Judiciários

Despacho (extracto) n.º 13 952/2007

Por meu despacho de 5 de Junho de 2007, no exercício de competência delegada, os licenciados Manuel Carlos Pereira Gonçalves, Francisco Xavier Vaz de Almada e Carla Cristina Messias Costa foram nomeados definitivamente, precedendo concurso, técnicos superiores principais, escalão 1, índice 510, do quadro do Centro de Estudos Judiciários, ao abrigo do disposto no n.º 8 do artigo 6.º e nos n.ºs 1 e 2 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, conjugados com a alínea *a*) do n.º 1 do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 353-A/89, de 16 de Outubro, considerando-se exonerados dos lugares de origem, com efeitos à data de aceitação dos novos lugares. (Isentos de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

6 de Junho de 2007. — O Director-Adjunto, *António Carlos Duarte Fonseca*.

Direcção-Geral da Administração da Justiça

Despacho (extracto) n.º 13 953/2007

Por despacho do subdirector-geral de 11 de Maio de 2007:

Foi a Maria Elvira dos Santos Gil, escritvã-adjunta do 1.º Juízo do Tribunal do Trabalho de Lisboa, autorizada a permuta para idêntico lugar do 5.º Juízo do Tribunal do Trabalho de Lisboa.

Foi a Arminda Maria Santos Rosadas Azevedo Monteiro, escritvã-adjunta do 5.º Juízo do Tribunal do Trabalho de Lisboa, autorizada a permuta para idêntico lugar do 1.º Juízo do Tribunal do Trabalho de Lisboa.

(Aceitação: dois dias.)

(Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

18 de Maio de 2007. — A Directora de Serviços, *Helena Almeida*.

Despacho (extracto) n.º 13 954/2007

Por despacho do subdirector-geral de 11 de Maio de 2007, foi Francisco José Trigueiro Tavares Ledo, escritvã auxiliar, provisório, do Tribunal da Comarca de Oeiras, exonerado por inaptidão para o exercício de funções.

24 de Maio de 2007. — A Directora de Serviços, *Helena de Almeida Esteves*.

Despacho (extracto) n.º 13 955/2007

Por despacho do subdirector-geral de 27 de Abril de 2007, foi Provisória de Jesus da Silva Machado Ribeiro, escritvã auxiliar, provisória, do Tribunal de Pequena Instância Criminal de Lisboa, exonerada, a seu pedido, com efeitos desde 18 de Abril de 2007.

24 de Maio de 2007. — A Directora de Serviços, *Helena de Almeida Esteves*.

Despacho (extracto) n.º 13 956/2007

Por despacho do subdirector-geral de 24 de Maio de 2007, foi convertida em definitiva a nomeação em comissão de serviço de José